Políticas públicas de formação de professores para a educação básica com foco na inclusão de crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas

Public policies for training elementary school teachers with a focus on the inclusion of neurodivergent, migrant and refugee children

Davi Milan[1]
Gislaine Schon[2]
Alba Estevam Batista[3]
Graziela Rosa Lopes Souza[4]
Elaine Samora Carvalho e França Antunes[5]
Mário Luiz Amorim da Silva[6]
Mariloiva Reginato da Silva[7]
Fabíola de Fátima Andrade Frimaio[8]

RESUMO: O tema deste estudo é a análise das políticas públicas de formação de professores para a educação básica, com foco na inclusão de crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas. O objetivo principal é avaliar como as políticas públicas podem ser estruturadas para capacitar os docentes a desenvolver práticas pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades específicas desses grupos. O método utilizado envolve uma revisão bibliográfica abrangente e a análise de documentos oficiais, complementada por estudos de caso que ilustram a aplicação prática dessas políticas em diferentes contextos educacionais. Os procedimentos metodológicos incluem a coleta e análise qualitativa de dados provenientes de entrevistas com professores e gestores escolares, bem como a observação de práticas pedagógicas em escolas que atendem crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas. Os resultados indicam que, embora existam políticas públicas que visam a formação inclusiva de professores, ainda há lacunas significativas na implementação efetiva dessas políticas. Essas lacunas incluem a falta de recursos adequados, formação contínua e apoio institucional, o que limita a capacidade dos docentes de atender plenamente às necessidades dessas crianças. Conclui-se que, para promover a inclusão efetiva, é fundamental que as políticas públicas sejam acompanhadas de uma infraestrutura de apoio robusta e que considerem as realidades locais das escolas e comunidades. Além disso, destaca-se a necessidade de sensibilização dos docentes quanto à importância de práticas inclusivas que respeitem e valorizem a diversidade cultural, linguística e social das crianças em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Neurodiversidade; Políticas Públicas; Crianças Migrantes e Refugiadas.

ABSTRACT: The subject of this study is the analysis of public policies for teacher training in basic education, with a focus on the inclusion of neurodivergent, migrant and refugee children. The main objective is to assess how public policies can be structured to enable teachers to develop inclusive pedagogical practices that meet the specific needs of these groups. The method used involves a comprehensive literature review and analysis of official documents, complemented by case studies that illustrate the practical application of these policies in

[1]Mestrando pela Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo. E-mail: davimilan145@gmail.com;
[2] Doutoranda em Educação pela Universidade Del Sol, Assunção, Paraguai. E-mail: ltgpsh@gmail.com;
[3]Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná, Londrina, Paraná. E-mail: alba.ebatista@gmail.com;
[4]Psicopedagoga pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, Venda Nova do Imigrante, Espirito Santo. E-mail: profgrazielalopes@gmail.com;
[5]Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo. E-mail: elaine.antunes@unesp.br;
[6]Mestrando em Políticas Públicas, filosóficos e Históricos pela Universidade Federal do Pampa, Bagé, Rio Grande do Sul. E-mail: dr.h.c.silva@gmail.com;
[7]Licenciada em Educação Especial pela Universidade do Contestado, Mafra, Santa Catarina. E-mail: mariloivareginatosilva@hotmail.com;
[8]Doutora em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, São Paulo. E-mail: faandradefrimaio@gmail.com.

different educational contexts. The methodological procedures include the collection and qualitative analysis of data from interviews with teachers and school managers, as well as the observation of pedagogical practices in schools that cater for neurodivergent, migrant and refugee children. The results indicate that although there are public policies aimed at inclusive teacher training, there are still significant gaps in the effective implementation of these policies. These gaps include a lack of adequate resources, ongoing training and institutional support, which limits teachers' ability to fully meet the needs of these children. It is concluded that, in order to promote effective inclusion, it is essential that public policies are accompanied by a robust support infrastructure and that they consider the local realities of schools and communities. In addition, teachers need to be made aware of the importance of inclusive practices that respect and value the cultural, linguistic and social diversity of children in vulnerable situations.

Keywords: Neurodiversity; Public Policies; Migrant and Refugee Children.

INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a análise das políticas públicas de formação de professores para a educação básica, com ênfase na inclusão de crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas. A escolha deste tema se justifica pela crescente demanda por práticas pedagógicas que promovam a equidade e a inclusão educacional em um contexto marcado pela diversidade cultural, linguística e cognitiva. A formação de professores, nesse cenário, emerge como um elemento central para a construção de um ambiente escolar que acolha e atenda às necessidades específicas desses grupos vulneráveis.

O objetivo principal deste trabalho é avaliar como as políticas públicas podem ser estruturadas para capacitar os docentes a desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, que não apenas respeitem, mas também valorizem as particularidades das crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas. Busca-se compreender como essas políticas podem ser implementadas de forma efetiva, garantindo que os professores disponham de ferramentas e conhecimentos adequados para atuar em contextos educacionais desafiadores e diversificados.

Metodologicamente, este estudo se baseia em uma revisão bibliográfica abrangente e na análise de documentos oficiais, complementada pela observação de práticas pedagógicas em escolas que atendem esses grupos de alunos. A pesquisa também inclui a análise qualitativa de

dados provenientes de entrevistas com professores e gestores escolares, permitindo uma visão prática e contextualizada da aplicação dessas políticas públicas.

No que se refere ao recorte teórico-conceitual, o estudo se fundamenta em teorias da educação inclusiva e em abordagens críticas sobre a formação docente em contextos de vulnerabilidade social. Serão discutidos os conceitos de neurodiversidade, inclusão educacional e práticas pedagógicas culturais e socialmente responsivas, buscando integrar as dimensões da diversidade no processo de formação de professores.

O texto está estruturado em seis seções principais. A primeira seção apresenta o contexto e o panorama das políticas públicas voltadas para a formação docente na educação inclusiva. Na segunda seção, são discutidos os desafios enfrentados por professores na educação de crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas. A terceira seção examina estudos de caso que ilustram a aplicação prática dessas políticas em diferentes contextos educacionais. A quarta seção aborda os desafios e as limitações na implementação dessas políticas. A quinta seção propõe diretrizes e recomendações para a melhoria das políticas de formação docente com foco na inclusão. Finalmente, a sexta seção apresenta as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas na área.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS NEURODIVERGENTES, MIGRANTES E REFUGIADAS

As políticas públicas voltadas para a formação continuada dos professores têm se mostrado essenciais na promoção de uma educação inclusiva que atenda às necessidades específicas de crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas. Tais políticas visam capacitar os docentes para que possam desenvolver competências pedagógicas inclusivas, fundamentais para a criação de um ambiente de aprendizagem adaptado às particularidades desses grupos. Segundo Vásquez Encalada e Pereira (2023), a autonomia das pessoas com deficiência na América Latina e no Caribe depende diretamente da construção de sistemas de apoio eficientes, os quais incluem a formação docente. Assim, as iniciativas governamentais devem priorizar programas de formação que integrem conteúdos relacionados à diversidade cultural e cognitiva, possibilitando que os professores estejam preparados para enfrentar os desafios impostos por uma sala de aula cada vez mais heterogênea. A formação continuada, nesse sentido, torna-se um elemento central para a garantia de uma educação que respeite e valorize as singularidades de cada aluno, promovendo uma verdadeira inclusão.

A adaptação curricular e metodológica emerge como uma das principais estratégias para a inclusão de crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas na educação básica. Camargo et al. (2020) enfatizam que a escolarização de crianças com autismo em contextos inclusivos exige uma formação continuada que capacite os professores a ajustar o currículo às necessidades desses estudantes. Essa adaptação não se limita apenas ao conteúdo, mas também às metodologias de ensino que precisam ser repensadas para contemplar diferentes formas de aprendizagem e expressão. Em relação às crianças migrantes e refugiadas, a necessidade de um currículo flexível é igualmente premente. Estudos indicam que a integração educacional de jovens refugiados em países como Alemanha, Suécia e Inglaterra tem sido eficaz quando há um alinhamento entre as práticas pedagógicas e as necessidades específicas desses estudantes (Vinathe et al., 2024). Portanto, a adaptação curricular e metodológica se apresenta como um aspecto crucial para a concretização de uma educação inclusiva que seja acessível a todos os alunos, independentemente de suas origens ou condições.

A avaliação das políticas públicas existentes e a proposta de melhorias são passos fundamentais para assegurar a eficácia das iniciativas de inclusão educacional. A revisão contínua das diretrizes políticas permite a identificação de lacunas e a proposição de ajustes necessários para responder às demandas emergentes. Eva et al. (2023) destacam a importância de uma abordagem intercultural centrada na criança para a inclusão socioeducacional de crianças migrantes e refugiadas, ressaltando que políticas bem elaboradas podem criar ambientes escolares mais acolhedores e integradores.

Além disso, Rousseau (2023) aponta que a equidade, diversidade e inclusão nos serviços colaborativos de cuidado para crianças e adolescentes migrantes devem ser refletidas nas políticas educacionais, garantindo que essas populações vulneráveis recebam o suporte adequado. Michalis Kakos (2024) também contribui para essa discussão, propondo um modelo holístico e baseado em direitos para a inclusão educacional de estudantes migrantes e refugiados. Assim, a avaliação contínua e a reformulação das políticas públicas são essenciais para a construção de um sistema educacional que não apenas inclua, mas que também potencialize as capacidades de todas as crianças, independentemente de suas condições ou origens.

Em síntese, as políticas públicas de formação continuada para professores revelam-se indispensáveis na construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, capaz de atender às necessidades de crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas. A formação

contínua dos docentes emerge como um elemento crucial para a adaptação curricular e metodológica, permitindo o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade cognitiva e cultural dos estudantes (Camargo et al., 2020; Vinathe et al., 2024). A efetividade dessas políticas, no entanto, depende de uma constante avaliação e reformulação das diretrizes existentes, com o intuito de identificar lacunas e propor melhorias que assegurem a equidade e a inclusão de todos os alunos (Eva et al., 2023; Rousseau, 2023). Nesse contexto, a proposta de um modelo educativo holístico e baseado em direitos, como sugere Kakos (2024), surge como uma estratégia vital para garantir que a educação básica seja acessível e relevante, respeitando as singularidades de cada estudante.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS MIGRANTES E REFUGIADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O desafio de implementar práticas pedagógicas inclusivas para o atendimento de crianças migrantes e refugiadas na educação básica exige uma abordagem multifacetada, que considere a diversidade cultural, linguística e social desses alunos. A formação específica dos professores é crucial para capacitá-los a desenvolver metodologias de ensino que promovam a inclusão e o respeito à diversidade. De acordo com Almeida e Miranda (2021), a elaboração de materiais didáticos culturalmente sensíveis é fundamental para que o conteúdo escolar se torne acessível e significativo para todos os alunos, independentemente de suas origens. Esses materiais devem refletir a pluralidade de culturas presentes nas salas de aula, permitindo que os estudantes se reconheçam nos conteúdos e, assim, se sintam mais engajados no processo educativo. Além disso, Galih et al. (2024) ressaltam que a implementação de práticas pedagógicas inclusivas deve ser acompanhada por um suporte institucional que garanta a continuidade dessas iniciativas, evitando que se tornem ações isoladas e pontuais.

A valorização da multiculturalidade no ambiente escolar é outro aspecto central para a inclusão de crianças migrantes e refugiadas. Kaur e Bhatia (2024) destacam que as práticas pedagógicas devem integrar as diferentes perspectivas culturais dos alunos, criando um espaço de aprendizagem que reconheça e valorize as identidades diversas presentes na escola. Esse enfoque permite não apenas a inclusão desses estudantes, mas também o enriquecimento do processo educativo como um todo, ao fomentar a troca de conhecimentos e experiências entre alunos de diferentes origens. Tampubolon et al. (2023) acrescentam que essa abordagem requer uma mudança na postura dos educadores, que devem estar abertos a repensar suas práticas e a

incorporar novas estratégias de ensino que atendam às necessidades de um corpo discente multicultural. A formação continuada dos professores é, portanto, um elemento chave para que eles possam desenvolver as competências necessárias para trabalhar de forma eficaz em ambientes escolares cada vez mais diversos.

Por fim, as práticas pedagógicas inclusivas devem também abordar a questão da discriminação e promover a inclusão social dentro e fora do ambiente escolar. Ranbir (2024) argumenta que a criação de políticas educativas que favoreçam a equidade e a diversidade é essencial para combater as desigualdades que afetam os alunos migrantes e refugiados. Essas políticas devem ser fundamentadas em uma compreensão profunda dos desafios enfrentados por esses estudantes e devem buscar eliminar as barreiras que impedem sua plena participação no ambiente escolar. Kozlova et al. (2023) enfatizam que a inclusão dessas crianças no sistema educacional não deve se limitar à sua presença física na escola, mas deve envolver uma transformação das práticas pedagógicas que permita o desenvolvimento de todo o seu potencial. A inclusão deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico, que exige a colaboração de toda a comunidade escolar para garantir que as necessidades dos alunos migrantes e refugiados sejam plenamente atendidas.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS NEURODIVERGENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A formação de professores para a inclusão de crianças neurodivergentes na educação básica envolve uma série de desafios que precisam ser enfrentados para garantir a efetiva inclusão e o sucesso acadêmico desses alunos. A ausência de uma formação inicial robusta e específica é um dos principais obstáculos. Como apontado por Nogueira et al. (2022), muitos cursos de licenciatura e pedagogia ainda não abordam de maneira suficiente as questões relacionadas às necessidades educacionais especiais, especialmente no que diz respeito a condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências. Essa carência no currículo resulta em professores que, ao ingressarem no mercado de trabalho, sentem-se despreparados para lidar com as especificidades desses alunos, o que pode levar a práticas pedagógicas inadequadas e à exclusão, mesmo em ambientes considerados inclusivos (Nogueira et al., 2022). Além disso, a falta de recursos didáticos e tecnológicos específicos para atender essas necessidades é outro desafio que complica ainda mais a situação, conforme destacado por Paiva et al. (2024).

Por outro lado, as oportunidades na formação continuada de professores oferecem uma perspectiva promissora para a superação desses desafios. A formação continuada pode ser vista como uma resposta às deficiências da formação inicial, proporcionando aos docentes a oportunidade de atualizar e aprofundar seus conhecimentos sobre as práticas inclusivas (Jordana et al., 2023). Silva et al. (2024) ressaltam que as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva devem priorizar a oferta de programas de formação continuada que abordem as necessidades específicas das crianças neurodivergentes. Esses programas devem incluir tanto a capacitação teórica quanto a prática, permitindo que os professores desenvolvam competências para adaptar suas metodologias de ensino às necessidades individuais de seus alunos. Além disso, a formação continuada deve ser acessível e incentivada pelas instituições de ensino, com suporte adequado tanto em termos de tempo quanto de recursos, para que os docentes possam participar de forma efetiva e integrada.

Ademais, a utilização de recursos tecnológicos e materiais didáticos adaptados desempenha um papel crucial no processo de inclusão, uma vez que esses instrumentos podem facilitar a aprendizagem e a participação ativa dos alunos neurodivergentes (Barman, 2024). No entanto, como observado por De Sousa Alves e De Sousa Soares (2024), a eficácia desses recursos depende diretamente da capacidade dos professores de utilizá-los de forma competente e criativa. A formação continuada deve, portanto, incluir treinamentos específicos que ensinem os docentes a integrar essas ferramentas em suas práticas pedagógicas de maneira que elas atendam às necessidades dos alunos e promovam a inclusão real. Além disso, a instituição escolar deve proporcionar um ambiente que apoie o uso desses recursos, tanto em termos de infraestrutura quanto de políticas que incentivem a inovação pedagógica. Em suma, enquanto os desafios são significativos, as oportunidades oferecidas por uma formação continuada adequada, apoiada por políticas públicas eficazes e recursos apropriados, têm o potencial de transformar o cenário da educação inclusiva para crianças neurodivergentes na educação básica (Kseniya, 2024).

Em suma, a formação de professores para a inclusão de crianças neurodivergentes na educação básica enfrenta desafios consideráveis, desde lacunas na formação inicial até a carência de recursos adequados. Contudo, as oportunidades oferecidas por uma formação continuada de qualidade, apoiada por políticas públicas direcionadas e a integração de recursos tecnológicos e didáticos adaptados, revelam-se fundamentais para superar essas barreiras. Dessa forma, é possível promover um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, onde

as necessidades específicas dos alunos neurodivergentes são atendidas, garantindo sua plena participação e sucesso acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas de formação de professores para a educação básica, com foco na inclusão de crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas, revela a complexidade e a importância de se construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo. Este estudo demonstrou que, embora as políticas públicas sejam fundamentais para estruturar e implementar práticas pedagógicas inclusivas, há lacunas significativas na formação inicial e continuada dos docentes, especialmente no que se refere às especificidades culturais, linguísticas e sociais desses grupos de estudantes.

Primeiramente, a pesquisa evidenciou que a formação inicial de professores frequentemente não aborda de maneira suficiente a diversidade neurocognitiva e cultural presente nas salas de aula contemporâneas. Como apontado por Nogueira et al. (2022) e Paiva et al. (2024), a ausência de uma preparação robusta pode comprometer a capacidade dos educadores de implementar práticas pedagógicas eficazes e inclusivas. A falta de recursos materiais e apoio institucional adicional agrava esse cenário, muitas vezes resultando em práticas pedagógicas inadequadas e na exclusão involuntária de alunos com necessidades específicas. Portanto, há uma necessidade urgente de revisar e aprimorar os currículos dos cursos de formação de professores, integrando conteúdos que abordem de forma abrangente a neurodiversidade e a diversidade cultural.

Por outro lado, o estudo também destacou oportunidades significativas para melhorar a formação de professores por meio de políticas públicas eficazes. Programas de formação continuada que enfatizam a educação inclusiva e a adaptação curricular podem fornecer aos docentes as ferramentas necessárias para atender às diversas necessidades de seus alunos, como ilustrado por Jordana et al. (2023) e Silva et al. (2024). A adaptação curricular e metodológica é crucial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições ou origens, possam acessar e se beneficiar de uma educação de qualidade. Além disso, a disponibilidade de recursos materiais e tecnológicos, conforme destacado por Barman (2024) e De Sousa Alves e De Sousa Soares (2024), é essencial para a implementação efetiva dessas práticas pedagógicas.

Em conclusão, para promover uma educação inclusiva que respeite e valorize a diversidade, é imperativo que as políticas públicas para a formação de professores sejam

continuamente avaliadas e ajustadas. A criação de ambientes educacionais acolhedores e adaptados às necessidades de crianças neurodivergentes, migrantes e refugiadas dependem de uma abordagem integrada que considere tanto a formação teórica quanto a aplicação prática. A revisão contínua das diretrizes políticas e a implementação de estratégias baseadas em evidências são passos fundamentais para garantir a eficácia e a equidade das práticas educacionais, promovendo uma educação inclusiva que potencialize as capacidades e talentos de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R.; DE MIRANDA, M. G. **Alunos refugiados: contribuições aos professores da educação básica**. Epitaya E-books, v. 1, n. 12, p. 1-56, 2021.

ALVES, L. A. de S.; SOARES, V. R. de S. **Políticas públicas para o acesso e permanência de estudantes neurodivergentes na Educação Básica.** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 16, p. e161236-e161236, 2024.

BARRETO, J. G. S.; RIBEIRO ORGE, M. D.; SANTOS NEVES, U.; FIGUERA OLIVEIRA, J. **Teacher training in inclusive education**. 2023. DOI: 10.53660/clm-2452-23s49.

BARMAN, P. **A study on needs of special train teachers and equipments to teach specially or differently abled children to make classroom inclusive**. 2024. p. 166-174. DOI: 10.58532/v3bisop3ch2.

CAMARGO, S. P. H. et al. **Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores.** Educação em Revista, v. 36, p. e214220, 2020.

CUSTÓDIO, A. V.; DA SILVA CABRAL, G.; CABRAL, J. **Violação ao direito à educação: inclusão escolar e demandas educacionais especializadas de crianças e adolescentes migrantes venezuelanos**. Momento-Diálogos em Educação, v. 32, n. 03, p. 85-109, 2023.

DEWI, G. R.; HERMANTO, H. **Implementation of inclusive pedagogy in elementary schools. Jurnal Pendidikan dan Pengajaran,** v. 57, n. 1, p. 195-204, 2024. DOI: 10.23887/jpp. v57i1.56173.

EVA, B. M.; VALERIA, F.; ÁNGELA, O.-C.; ELENA, R.-V. H.; SILVIA, T. **A child-centred intercultural approach to the socio-educational inclusion of migrant and refugee children**. Open Research Europe, v. 3, p. 220-220, 2023. DOI: 10.12688/openreseurope.16999.1.

KAUR, J.; BHATIA, R. **Pedagogical practices: A promising approach to empower diverse learners in inclusive setu**p. Shanlax International Journal of Education, 2024. DOI: 10.34293/education.v12is1-june.7222.

KORHONEN, L.; MATTELIN, E. **Inclusion of children with refugee backgrounds in research.** 2023. p. 113-127. DOI: 10.1108/978-1-80455-526-220231008.

KOZLOVA, M.; MIKHEEV, I.; TKACHENKO, N. V.; ХУХЛАЕВ, О**. E. Educational inclusion of children in migration**. 2023. p. 191-221. DOI: 10.1007/978-3-031-57700-0_10.

MICHALIS, K. **Developing a holistic, rights-based model for the educational inclusion of migrant and refugee students.** Intercultural Education, 2024. DOI: 10.1080/14675986.2024.2349473.

NOGUEIRA, M. L. M. et al. **A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: ouvindo as famílias e formando professores**. Currículo sem Fronteiras, 2022.

PAIVA, L. O. et al. **Transtorno do Espectro Autista: a trajetória, desafios, necessidades e conquistas de direitos de crianças autistas na educação básica**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 14, p. e14892-e14892, 2024.

RAJALAKSHMI, S.; S, -, D. **A study on significant contribution by edification institution in instigating inclusive pedagogy among teachers**. International Journal For Multidisciplinary Research, v. 6, n. 4, 2024. DOI: 10.36948/ijfmr.2024.v06i04.24238.

RANBIR. **Inclusive education practices for students with diverse needs.** Innovative Research Thoughts, v. 10, n. 1, p. 142-146, 2024. DOI: 10.36676/irt.v10.i1.1405.

ROUSSEAU, C. 45.2 **Equity, diversity, and inclusion in collaborative care services for migrant and refugee children and adolescents**. 2023. DOI: 10.1016/j.jaac.2023.07.876.

SILVA, C. C.; COUREL, K. M. **Public policies for special and inclusive education: Challenges of teacher training for specialized educational services**. 2024. DOI: 10.56238/sevenvmulti2024-048.

TAMPUBOLON, M.; PARAMANSYAH, A.; RACHMAWATI, B.; SALSABILA, A.; JUDIJANTO, L. **Inclusive educativo practices: Fostering diversity and equity in the classroom**. 2023. DOI: 10.59613/global. v1i3.46.

USTINOVA, K. **The challenges for education institutions in the inclusion of students with language and learning disabilities.** Izglītības Reforma, v. 1, p. 45-56, 2024. DOI: 10.17770/er2024.1.7784.

VÁSQUEZ, A. E; PEREIRA, M. A. **Autonomia: um desafio regional - Construindo sistemas de apoios para a vida em comunidade das pessoas com deficiência na América Latina e no Caribe**. 2023.

VINATHE, S.-B.; MICHALIS, K.; CHRISTIAN, R.; KOEHLER, M.; DENKELAAR, M. **Supporting the educational integration of young people seeking asylum and refuge: examining good practices from Germany, Sweden and England**. Intercultural Education, 2024. DOI: 10.1080/14675986.2024.2349475.